

Aproximação entre dois patrimônios: a construção narrativa dos Conventos Franciscanos nas Crônicas da Ordem no Período Colonial

Rafael Ferreira Costa, UFPel¹

Resumo

Este artigo abordará a reconstituição do Patrimônio Franciscano no Brasil, através das narrativas registradas nas Crônicas Clássicas da Ordem, entre 1614 e 1761. Durante o século XX, essas obras foram revisitadas pela historiografia brasileira de modo a restaurar o legado franciscano e consolidar o processo de patrimonialização de seus conventos. A escassez documental não impediu que sua memória fosse preservada através dos relatos dos cronistas. O ponto focal será o reconhecimento das Crônicas Franciscanas como Patrimônio Escrito que reconstitui o Edificado através de suas descrições.

Palavras-chave: Crônicas Franciscanas; Patrimônio Edificado; Narrativas; Período Colonial.

Abstract

This article will discuss the reconstitution of the Franciscan Heritage in Brazil, through the narratives documented in the classical chronicles of the Order, between the years 1614 and 1761. Over the 20th century, these works were revisited by the Brazilian historiography in order to restore the Franciscan legacy and consolidate the process of patrimonialization of its convents. The document scarcity did not prevent its memory from being preserved through reports of chroniclers. The focus will be the recognition of the Franciscan Chronicles as a Written Heritage that reconstitutes the Edified through its descriptions.

Keywords: Franciscan Chronicles; Edified Heritage; Narratives; Colonial Period.

Introdução

A presença da Ordem dos Frades Menores de São Francisco no Brasil, durante o Período Colonial, contribuiu para a construção da história nacional e a transformação da paisagem do país. Motivados pela conversão dos nativos ao cristianismo, seus frades fundaram Missões, dilataram a Fé e consolidaram as fronteiras do Império Português. Enquanto seus conventos, resistindo ao tempo e ao esquecimento, ainda marcam sua presença na malha urbana com linguagens artístico-arquitetônicas singulares. Tais qualidades justificaram a preservação desses edifícios e seus espólios através de políticas públicas, estimuladas pelas manifestações neocoloniais de reconhecimento e preservação das heranças brasileiras².

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Com o fim do governo imperial, o encanto pela cultural europeia perdeu sua força no Brasil. Campanhas promovidas pelo médico José Mariano Filho, por exemplo, promoveram a inventariação e reconhecimento do patrimônio de origem colonial. Jornadas pelo país recolheram tudo aquilo que fosse considerado contributivo à sua história. Em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual IPHAN – se responsabilizou pela catalogação e classificação dessa fortuna, permitindo a sua recuperação e preservação (cf. MATTOSO, 2010, p. 30-31).

Desde a década de 1930, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atua no processo de patrimonialização do Patrimônio Cultural Brasileiro, que foi estabelecido no Artigo 216 da Constituição de 1988 como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 35); inclusive sendo o legado construtivo franciscano coerente com os Incisos deste Artigo:

I – as formas de expressão; II – **os modos de criar, fazer e viver**; III – as criações científicas, **artísticas** e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, os documentos, **as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais**; V – Os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico** (BRASIL, 1988, p. 35).

Essas medidas demandaram do Governo gerir e legislar em favor de práticas de conservação, que estimularam campanhas de investigação, análise e recuperação desse patrimônio, alicerçadas no Artigo nº 25 do Decreto de 1937:

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual IPHAN] procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional (RIO DE JANEIRO, 1937).

No contexto dessas campanhas, emergiram estudos histórico-artísticos de acadêmicos (historiadores, arqueólogos, arquitetos) e de frades interessados na reconstituição da memória da própria Ordem. Diante das limitações documentais, as Crônicas Franciscanas Clássicas, publicadas entre 1614 e 1761, desempenharam papel de destaque nessa reconstituição. Suas páginas registram as recordações dos religiosos pelo olhar dos seus iguais, condensando descrições de seu acervo construtivo em eventos da vida franciscana (dificuldades e conquistas). Este artigo analisará essas Crônicas Clássicas e conventos enquanto dois patrimônios franciscanos, e as suas conexões através do olhar descritivo dos cronistas da Ordem.

Para esclarecer cada ponto, é necessário partir dos textos, passar pelos edifícios e finalizar nas narrativas. Afinal, se muitos conventos da Ordem são atualmente entendidos como Patrimônios Nacionais ou Mundiais, seu reconhecimento também se deveu às informações extraídas nas crônicas. Somente esclarecendo quais as fontes eleitas para observação, e qual patrimônio edificado nos referimos, é possível adentrar nos relatos de frei Manuel da Ilha, autor da crônica mais antiga que se tem notícia, ou nos cronistas que mais produziram durante o Período Colonial, como frei Apolinário da Conceição ou frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.

O enfoque será o reconhecimento da pertinência enquanto fonte memorialista que cristaliza o passado da Ordem e seu espólio construtivo, sendo a construção discursiva dos frades o ponto de convergência entre os dois patrimônios (Escrito e Edificado).

As Crônicas Franciscanas Clássicas

A historiografia brasileira sempre enfrentou a escassez de fontes documentais referentes aos franciscanos. Os estragos causados pela presença holandesa no litoral nordestino e a extinção da Ordem no Brasil, durante o Período Pombalino³, aliaram-se ao pouco cuidado dos frades na preservação de suas fontes:

A própria opção de regra que professavam e as dificuldades económicas sentidas obrigava-os a silenciar os seus feitos e as obras que produziam, o que dificulta a obtenção de testemunhos da sua actividade, tão profícua, quanto esquecida. As dificuldades impostas à edição dos seus textos, quer fossem relatos de viagem, vocabulários e gramáticas das línguas autóctones ou da «língua geral», sermões, panegíricos e todo o tipo de literatura espiritual, levaram a que grande parte - se não a maior - da sua produção literária tenha ficado irremediavelmente perdida (AMORIM, 1999, p. 363).

As circunstâncias atuais de raridade dessas fontes tornam-nas bens de natureza inestimável:

Dos *Livros dos Guardiães* existentes nos treze conventos da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, apenas três são conservados: o da Paraíba, o de Ipojuca e o da Bahia, cujo original de mais de dois séculos extraviou-se, havendo, no entanto, cópias sob o título *Livro da Fundação deste Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia (...)*, como se pode encontrar na folha de rosto de cópia pertencente ao acervo de livros raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (COSTA, 2013, p. 787).

Diante das dificuldades acima apontadas, as crônicas assumem papel central enquanto fontes franciscanas no Brasil. A sua natureza cronológica abrange a história da Ordem e permite construções narrativas estruturalmente concisas, que preenchem lacunas com maior facilidade. A elaboração do discurso sob a perspectiva do cronista, enquanto membro da comunidade religiosa, exige do leitor a máxima atenção às intencionalidades do autor e àquilo que lhe interessa nos revelar. Dispostos a divulgar ao máximo as conquistas franciscanas no Novo Mundo, suas palavras estão envolvidas pela Fé, apaixonadas pelos seus êxitos junto aos nativos,

³ Os Frades Menores de São Francisco foram afetados pelas determinações impostas pelo ministro do rei D. José I, o marquês Sebastião José de Carvalho e Melo, no território português. Inspirado pelos ideais iluministas, o “Marquês de Pombal”, sustentava o desejo de secularização do Estado, assumir as suas funções sócio-políticas e ocupar as propriedades da Igreja. Essas medidas polêmicas geraram a expulsão da Companhia de Jesus do Império português, em 1759, decisão que se propagou pelas demais ordens religiosas (cf. SOUSA, 2011).

preservando as individualidades de cada cronista. Tais peculiaridades elevam as Crônicas franciscanas à qualidade de Patrimônios, pois ultrapassam os dados históricos e adentram na mentalidade, na memória e nos interesses do autor.

Entre 2005 e 2010, dez obras da historiografia franciscana foram enquadradas pela pedagoga Tânia Conceição Iglesias como “clássicas” (cf. IGLESIAS, 2011). Apesar de a autora não definir o critério utilizado para o uso do termo, induz à antiguidade dos textos, situados no Período Colonial (1614 e 1761), e ao alicerce concedido à historiografia recente (séculos XX e XXI)⁴.

As primeiras duas obras não se enquadram no recorte adotado neste artigo, pois se concentram no legado dos frades Capuchinhos franceses na região do Grão-Pará e Maranhão. A primeira foi escrita por frei Claude d’Abbeville sobre a “História da Missão Capuchinha na Ilha do Maranhão e Circunvizinhança” (1614), enquanto a segunda, pelo frei Yves d’Evreux, intitulada “Viagem ao norte do Brasil” (1615).

A crônica mais antiga que se tem notícia sobre a fase inicial dos Frades Menores no Brasil encontra-se atualmente desaparecida, a “Crônica da Custódia do Brasil” (1618). Frei Vicente do Salvador foi responsável pela sua redação, assim como a “História do Brasil” (1627). As obras contribuíram para a historiografia franciscana e brasileira, respectivamente. Apesar da perda⁵, seu conteúdo se reverberou em obras posteriores, como a “Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil: 1584-1621”. Escrita pelo frei Manuel da Ilha⁶, em 1637, o documento foi entendido por Tania Iglesias como a “mais antiga crônica sistematizada sobre os Franciscanos no Brasil” (IGLESIAS, 2011, p. 126). O frade, no entanto, residia em Portugal e redigiu sua crônica com base em informações trazidas da Custódia brasileira. Seu tradutor, frei Ildefonso Silveira, aponta que, apesar das imprecisões históricas, suas notícias sobre frei Pedro Palácios e as controvérsias entre franciscanos e jesuítas na Paraíba são as “contribuições mais importantes da obra por se tratar de narrativas baseadas em documentos autênticos, como

⁴ Durante o século XX, frades franciscanos desenvolveram pesquisas sobre a história da Ordem, como frei Samuel Tetteroo (1924), frei Dagoberto Tomag (1940), frei Basílio Röwer (1942) e frei Venâncio Willeke (1938-1977).

⁵ Tania Iglesias aponta o estudo de frei Adriano Hypólito sobre a obra de frei Vicente do Salvador, intitulada “Frei Vicente do Salvador e sua Crônica da Custódia do Brasil” (1957), como referência para o entendimento do desaparecimento da “Crônica da Custódia do Brasil”. A questão levantada pela historiografia é a possibilidade de a crônica ser um capítulo da “História do Brasil” (1627), enquanto outros historiadores, como Capistrano de Abreu, defendem que se trata de duas obras distintas. Frei Adriano Hypólito concorda com o segundo caso, e aponta a falta da devida referência da obra em crônicas posteriores (cf. IGLESIAS, 2011, p. 128).

⁶ Frei Ildefonso Silveira informa, na introdução da “Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil: 1584-1621”, que frei Manuel da Ilha (?-1637) pertenceu a Província de Santo Antônio de Portugal. O frade português exerceu o cargo de Guardião do Convento de Lisboa e Definidor (conselheiro) da Província (cf. SILVEIRA in: ILHA, 1975, p. 9).

sumários e vários atos governamentais, bem como testemunhas oculares que missionaram na Província” (IGLESIAS, 2011, p. 127). Moreno Pacheco evidencia que frei Vicente do Salvador e frei Manuel da Ilha alcançaram, em diferentes proporções, os mesmos interesses. Enquanto o primeiro se configura num relatório sobre a Custódia, o segundo pretendia alcançar a sua memória:

[...] pensada em obediência a uma instrução partida da cúspide da hierarquia franciscana, integrava uma complexa rede de produção memorialística destinada a voos mais altos, encabeçada por um cronista designado para escrever a história de toda a ordem. Ambas, porém, refletiam a crescente propensão dos franciscanos em confiar à palavra escrita o manejo de suas memórias (PACHECO, 2018, p. 3).

A transição da segunda metade do século XVII para o XVIII representou o reflorescimento dos franciscanos no Nordeste. Após a saída dos holandeses (1654), a Custódia de Santo Antônio do Brasil foi elevada a categoria de Província, em 1657. Seu patrimônio edificado passou por intensas intervenções, suas ruínas foram restauradas, novos conventos construídos e sua linguagem arquitetônica renovada, inaugurada pelo Convento de Santo Antônio de Cairu, como será mencionado no próximo capítulo. A produção de crônicas também teve um salto quantitativo e qualitativo durante esse período, cuja responsabilidade se deve aos cronistas frei Apolinário da Conceição e frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.

Frei Apolinário da Conceição⁷ elaborou cinco crônicas sobre a Ordem: “Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil” (1730), “Pequenos na Terra e Grandes no Céu” (1732-1754), “Primazia Seráfica na Região da América” (1733), “Claustro Franciscano” (1740) e “Eco Sonoro: Biografia de Frei Fabiano de Cristo” (1748). Em 1972, frei Gentil Titton, ao introduzir a primeira obra, apontou a história humilde e pouco letrada do cronista, justificando as falhas ortográficas e mesmo técnicas do autor: “Frei Apolinário não é escritor origina; é um compilador. Reúne em seus livros dados recolhidos em crônicas, outros livros impressos e documentos dos arquivos. Seu estilo nada tem de particular. Não tendo recebido maior instrução, não desenvolveu suas aptidões estilísticas” (TITTON *in*:

⁷ Frei Gentil Titton informa, na introdução da “Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil”, que frei Apolinário da Conceição (1692-1760) nasceu em Lisboa, mas assumiu o hábito para Irmão Leigo no Convento de São Francisco de São Paulo, em 1711. Apesar da pouca formação educacional que teve, o frade desenvolveu particular interesse pela história e documentação (crônicas e livros) da Ordem. Teve o incentivo do frei Fernando de Santo Antônio para compilar e publicar os resultados de suas pesquisas. Foi Procurador da Província, em 1724. Viajou para Portugal, acompanhando frei Fernando de Santo Antônio. Na Europa, acessou bibliotecas da Espanha, Itália e França. Em 1740, o Capítulo Geral celebrado em Valladolid, intitulou-o como Cronista da Província. Faleceu na Província portuguesa, em 1760, deixando suas crônicas como legado para a Ordem (cf. TITTON *in*: CONCEIÇÃO, 1973, p. 70-72).

CONCEIÇÃO, 1972, p. 72). O avido interesse do frade pela história de sua Ordem levou a superar essas adversidades, recolhendo e organizando toda a documentação referente ao tema. Enquanto o Epítome reconstrói cronologicamente a fundação da Província da Imaculada Conceição do Brasil até a altura da publicação da obra, a Primazia Seráfica concentra seus esforços no reconhecimento dos franciscanos enquanto representantes do princípio catequético na América. Ou seja, mesmo com as limitações técnicas do autor, suas obras conquistaram seu espaço no conjunto documental da Ordem.

A última crônica elaborada nesse período é o “Novo Orbe Seráfico Brasílico”, também conhecido como “Chronica dos Frades menores da Província do Brasil” (1858). A obra foi escrita por frei Antônio de Santa Maria Jaboatão⁸, eleito Cronista da Ordem em 1755. Frei Jaboatão realizou, em suas visitas aos conventos das Províncias de Santo Antônio e da Imaculada Conceição do Brasil, uma exaustiva recolha de dados. O primeiro Tomo foi publicado em 1761, contendo dois dos cinco volumes. O segundo Tomo foi entregue em 1764, mas o autor não chegou a vê-lo finalizado, pois faleceu em 1779. Apenas em 1858 o público teve acesso ao “Novo Orbe Seráfico Brasílico”, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (cf. WILLEKE, 1977, p. 92-93). A obra ganhou projeção na História e História da Arte pela relevância de seus dados. O autor adentra pelos eventos históricos ligados à Ordem “impregnado pela preocupação do autor em relação ao tratamento de fontes documentais, à análise e fundamentação dos fatos” (LINS, 2013, p. 360). Seus temas alcançam tanto aspectos da vida Espiritual como Temporal dos franciscanos, como: as dinâmicas político-militares entre nativos, portugueses, franceses e holandeses; o encontro de culturas gerado pela catequese; a espiritualidade franciscana nas narrativas biográficas e os aspectos construtivos, urbanísticos e plásticos que envolveram seus conventos, hospícios e igrejas. Tamanha riqueza e profusão de temas e informações tornaram-na obra basilar ao estudo do Patrimônio Edificado Franciscano, e referência para autores consagrados da História da Arte Colonial do Brasil, como Germain Bazin, John Bury e Robert Chester Smith, e atuais, como Eugênio de Ávila Lins:

⁸ Frei Venâncio Willeke pontua os principais eventos da vida de frei Jaboatão na sua obra “Franciscanos na história do Brasil” (1977). Filho do sargento-mor Domingos Coelho Meireles e Dona Francisca Varela, Antônio Coelho Meireles nasceu na freguesia de Santo Amaro (Recife, PE), em 1695. Apesar do gosto pela literatura e poesia, adquiriu o interesse pela vida religiosa pelas influências de seu tio, o padre Agostinho Coelho Meireles. Em 1717, se ordenou no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu (BA) e assumiu o nome de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão – também conhecido como frei Jaboatão ou Jaboatam. Em 1725, concluiu seus estudos de Filosofia e Teologia e seguiu para Olinda, onde passou a atuar como Pregador. O frade foi Mestre de noviços no Convento de Santo Antônio de Igarapé (PE), Guardião do Convento de Santo Antônio de João Pessoa (PB) e Definidor da Província brasileira. Em 1755, frei Inácio de São Félix nomeou frei Jaboatão como Cronista Oficial da Província, cargo que exerceu até 1764, quando finalizou o “Novo Orbe Seráfico Brasílico”. O frade faleceu em 1779, sem ter visto sua obra publicada integralmente (cf. WILLEKE, 1977, p. 88-99).

A obra de Frei Jaboatam, “Novo Orbe Seráfico Brasilico”, embora apresentando propósitos, por assim dizer, extra-artísticos, consegue reunir um conjunto amplo e diversificado de informações sobre as realizações artísticas associadas à Ordem Franciscana, o que lhe permite figurar como a principal publicação sobre arte religiosa, escrita no Período Colonial. Nesse sentido, torna-se referência básica para aqueles que, por razões diversos, se sentem atraídos pelo estudo dos caminhos de desenvolvimento da História da Arte Luso-brasileira (LINS, 2013, p. 372).

A herança artística-constitutiva dos franciscanos alcança grande parte do litoral brasileiro, contribuindo para o delineamento urbano de cidades no Nordeste e Sudeste. Para adentrar nas descrições sobre os conventos, antes é necessário esclarecer o que se constitui como Patrimônio Edificado da Ordem.

O Patrimônio Edificado Franciscano

A Ordem dos Frades Menores de São Francisco se estabeleceu oficialmente no Brasil através da fundação da Custódia de Santo Antônio, em 1584. A atividade missionária, no entanto, ocorria desde o início do século XVI. Ansiando propagar a Fé e converter os Gentios, frades franciscanos realizaram Missões avulsas e espontâneas em diversas Capitânicas. Com exceção do Convento da Penha de Vila Velha (ES), as demais igrejas erguidas por esses primeiros religiosos não resistiram às intempéries do tempo e da ação humana. Em 1657, a Custódia foi elevada a categoria de Província, confirmada pelo papa Alexandre VII (cf. JABOATÃO, 1858, vol. I, p. 243-244). No mesmo ano, foi estabelecida a Custódia da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, que se tornou Província em 1675, com a autorização do papa Clemente X (cf. WILLEKE, 1974, p. 75). Os Comissariados do Grão-Pará e Maranhão, por sua vez, mantiveram-se sob administração da Província de Santo Antônio de Portugal.

A Província de Santo Antônio do Brasil assumiu a gestão dos treze conventos localizados no Nordeste⁹, enquanto Província da Imaculada Conceição do Brasil obteve a tutela de treze conventos no Sudeste¹⁰. Muitos desses edifícios foram enquadrados nacional ou internacionalmente como patrimônios, seja pelo contributo histórico, artístico-arquitetônico ou

⁹ Cinco conventos estão situados em Pernambuco, sendo eles o de Olinda (1585), Igarassu (1588), Recife (1606), Ipojuca (1606), Sirinhaém (1630); na Bahia quatro, em Salvador (1587), São Francisco do Conde (1629), Cairu (1650) e Paraguaçu (1658); dois estão em Alagoas, localizados em Penedo (1660) e Marechal Deodoro (1660); já a Paraíba contém apenas um, em João Pessoa (1589), assim como Sergipe, em São Cristóvão (1658).

¹⁰ O Estado de São Paulo possui seis conventos, em Santos (1639), São Paulo (1639), Itanhaém (1654), Ilha de São Sebastião (1658), Taubaté (1673) e Itu (1691); enquanto o Estado do Rio de Janeiro contém cinco, no Rio de Janeiro (1592), Itaboraí (1649), Ilha Grande (1650), Cabo Frio (1684) e Ilha do Bom Jesus da Coluna (1705), e o Espírito Santo com dois, em Vitória (1591) e Vila Velha (1650).

urbano. Quase todos¹¹ os conventos franciscanos foram inseridos na Lista de Bens Tombados¹² pelo IPHAN (1938-2019). Sendo registrados nos Livros de Tombo Histórico¹³, de Belas Artes¹⁴ ou ambos¹⁵ (cf. IPHAN, 2020a), acentuando o papel que desempenham como parte do Patrimônio Cultural Nacional.

No contexto internacional, três conventos fazem parte da lista de Patrimônios da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): o Convento de São Francisco de Olinda (PE), o Convento de São Francisco de Salvador (BA) e o Convento de São Francisco de São Cristóvão (SE). Enquanto Centro Histórico de Olinda foi enquadrado pela UNESCO nos critérios II¹⁶ e IV¹⁷, em 1982, o Centro Histórico de Salvador (cf. UNESCO, 2020b) foi classificado nos critérios IV e VI¹⁸, em 1985. Em ambos os casos, os respectivos conventos contribuíram para a patrimonialização das suas cidades, integrados ao seu conjunto urbano-arquitetônico.

O harmonioso equilíbrio entre seus edifícios, jardins, conventos, numerosos pequenos passos (capelas) e cerca de vinte igrejas barrocas contribuem para o charme particular do Centro Histórico da Cidade de Olinda. É dominada pela Catedral Alto da Sé, a antiga igreja e colégio Jesuíta (atual igreja de Nossa

¹¹ As exceções são o Convento de Nossa Senhora do Amparo da Ilha de São Sebastião (SP), de Santa Clara de Taubaté (SP) e de São Luís de Tolosa de Itu (SP) que ainda não passaram por processos de tombamento. O Convento de São Francisco de Vitória (ES) e de São Francisco de Assis de São Paulo (SP) encontram-se classificados como em fase de “Instrução” (processo para patrimonialização) – o convento paulista foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo (CONDEPHAAT), em 1982 (cf. CONDEPHAAT, 2020). O Convento de São Francisco de Marechal Deodoro (SE) é o único que se encontra em “Rerratificação” (revisão da documentação).

¹² Helena Santos e Mário Telles apontam que o termo “tombamento” assumem dois sentidos: destruição ou proteção. O segundo caso nos interessa, neste artigo, por ter sido adotado no Brasil, nos anos 1930, através das propostas de proteção patrimonial de Mário de Andrade (1936). O Decreto nº 25/37 reconheceu a adequação da palavra à ação do Estado em “colocar, sob sua tutela, bens cuja conservação fosse de interesse público, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico e bibliográfico” (cf. SANTOS; TELLES, 2016, p. 2-3).

¹³ O Livro de Tombo Histórico reúne todos os bens culturais de interesse público vinculados aos eventos históricos do Brasil. Podendo ser bens móveis, como edifícios e centros históricos, ou imóveis, como mobiliários e imagens (cf. IPHAN, 2020b).

¹⁴ O Livro de Tombos das Belas Artes reúne todos os bens culturais pelo seu caráter artístico que transcende o utilitarismo, se diferenciado das artes aplicadas ou decorativas (cf. IPHAN, 2020b).

¹⁵ Os conventos que se encontram registrados apenas no Livro do Tombo Histórico são os de Ilha Grande (1947), Marechal Deodoro (1964), Ilha do Bom Jesus da Coluna (1964); aqueles registrados apenas no Livro do Tombo das Belas Artes são os de Olinda (1938), Igarassu (1938), Recife (1938), Ipojuca (1938), São Francisco do Conde (1941), Cairu (1941), João Pessoa (1952), Cabo Frio (1957) e Santos (2003); aqueles registrados em ambos os livros são os de Salvador (1938), Rio de Janeiro (1938), Sirinhaém (1940), Penedo (1941), Paraguaçu (1941), Itanhaém (1941), São Cristóvão (1941), Vila Velha (1943) e Itaboraí (1980) (cf. IPHAN, 2020a).

¹⁶ O critério II é definido pelo reconhecimento dos valores histórico-culturais da humanidade na produção arquitetônica, urbana e paisagista (cf. UNESCO, 2020d).

¹⁷ O critério IV é definido por obras construtivas e paisagistas que marcam um período histórico da humanidade (cf. UNESCO, 2020d).

¹⁸ O critério VI é definido por associar obras artístico-literárias às tradições culturais, ideológicas e espirituais (cf. UNESCO, 2020d).

Senhora da Graça), o Palácio Episcopal, a igreja da Misericórdia, **os conventos dos Franciscanos**, Carmelitas e Beneditinos, e várias construções públicas que variam dos séculos XVII ao XIX (UNESCO, 2020a)¹⁹.

O Convento de São Cristóvão se encontra no conjunto da Praça de São Francisco de São Cristóvão. Classificada nos mesmos critérios de Olinda, a Praça foi reconhecida em 2010, pelos reflexos histórico-sociais da presença luso-espanhola na região (UNESCO, 2020c). Ivan Aragão acentua que:

[...] a chegada em São Cristóvão das ordens religiosas definiu os elementos que formaram o tecido urbano. Com a construção de igrejas e conventos de irmandades, os espaços públicos sociais estabelecem vinculados a esses edifícios religiosos. Lugares de convivência, fé e regras dos habitantes. **O estabelecimento de instituições religiosas na cidade produziu um legado arquitetônico e artístico essencial para a formação cultural de Sergipe** (ARAGÃO, 2019, p. 44-45).

Apesar de a participação desses conventos em Patrimônios Mundiais se configurar num ganho, e mesmo num privilégio, para o conjunto edificado franciscano, é necessário ressaltar que essa circunscrição territorial não alcança a amplitude patrimonial que esses edifícios oferecem. Afinal, os processos históricos, sociais e arquitetônicos dos conventos lhes permitem assumir a sua autonomia patrimonial. Como no Convento de Olinda que resultaram de “diversas modificações, adaptações, transformações e adições feitas ao longo de quatro séculos, mas que estabeleceram e consolidaram uma unidade arquitetônica bastante forte” (AGUIAR, 2009, p. 61). Em outros casos, o olhar sobre os Centros Históricos distancia o observador das singularidades de cada construção, não contemplando, por exemplo, a “riqueza arquitetônica, escultórica e pictórica presente no templo conventual franciscano de Salvador, que juntamente com a igreja de São Francisco do Porto, em Portugal, são vistos por alguns autores como os maiores empreendimentos de talha dourada do Mundo Português setecentista” (COSTA, 2013, p. 816).

Os três conventos acima mencionados não apenas contribuem para seus contextos locais, como também no âmbito regional. Os edifícios participam de um agrupamento estético que emergiu durante a década de 1980, quando o francês Germain Bazin lança o conceito da “Escola Franciscana do Nordeste” (BAZIN, 1956, p. 137). O autor foi convidado pelo IPHAN para vir ao Brasil e analisar as expressões artísticas nacionais, sendo a arte religiosa colonial

¹⁹ “The harmonious balance between its buildings, gardens, convents, numerous small passos (chapels) and about twenty baroque churches all contribute to the Historic Centre of the Town of Olinda’s particular charm. It is dominated by the Cathedral Alto da Sé, the former Jesuit church and college (now the church of Nossa Senhora da Graça), the Palácio Episcopal, the Misericórdia church, the convents of the Franciscans, Carmelites and Benedictines, and various public buildings ranging from the 17th to 19th centuries” (UNESCO, 2020d).

um dos temas abordados. Em sua obra, intitulada “A arquitetura religiosa barroca no Brasil” (1983), o historiador da arte identificou nos treze conventos nordestinos um conjunto de características comuns e inéditas que validavam a existência dessa “escola arquitetônica”. Tal concepção é corroborada por Glauco de Oliveira Campello:

Campello (2001) associa os ideais franciscanos à forma como eles construíam seus edifícios monásticos. Afirmo que **a originalidade dos frades menores estava relacionada à necessidade de se criar uma nova imagem para os conventos, sendo fiel aos predicados franciscanos** – apresentando uma atitude maleável às novas circunstâncias, com capacidade de assimilar influências, além de representar o despojamento da Ordem, e a simplicidade tão característica aos franciscanos (AGUIAR, 2009, p. 53).

Dentre as características elencadas por Germain Bazin estão, por exemplo, a disposição semelhante dos blocos construtivos no entorno do claustro (igreja à esquerda e convento à direita); a igreja de nave única, com sacristia aos fundos da capela-mor estreita e pouco profunda; e a capela da Ordem Terceira à esquerda das igrejas, em muitos casos, acoplada a sua parede (cf. CARVALHO, 2008, p. 24). O autor aponta a existência de duas linguagens adotadas nos conventos nordestinos, adaptadas ao contexto local: a “clássica” e a “barroca”. A primeira foi exemplificada pelo Convento de Santo Antônio de Ipojuca, seguindo os moldes dos colégios jesuítas, a segunda foi inicialmente adotada no Convento de Santo Antônio de Cairu e, posteriormente, difundida pelo Nordeste:

É uma magnífica composição monumental de essência piramidal, obtida com a superposição de três pavimentos de larguras decrescentes. O pavimento inferior é um pórtico de cinco arcadas, separadas por grandes pilastras de ordem toscana. Outras pilastras dividem o pavimento intermediário em três tramos. O arremate é um tabernáculo com uma estátua que tem um frontão com volutas coroado por uma cruz. Volutas monumentais, ao lado de pirâmides altas formam a transição entre os diferentes níveis da composição (BAZIN, 1956, p. 148-149).

Apesar dos elementos comuns, é necessário ressaltar que cada edifício possui suas particularidades locais, adaptações ao terreno ou preferências estéticas, o que não impede o agrupamento dos treze conventos nessa escola arquitetônica. A pertinência das investigações, iniciadas por Germain Bazin, ainda alimenta estudos e debates sobre o patrimônio edificado franciscano. Em 2008, o IPHAN e a UNESCO promoveram reuniões técnicas com o intuito de fomentar políticas patrimoniais relacionadas à América Latina, Caribe e países de língua portuguesa e espanhola na África e Ásia (cf. IPHAN, 2008c). A avaliação dos bens inscritos na Lista Indicativa Brasileira para se tornarem Patrimônios Mundiais do Brasil estava entre as pautas do encontro, sendo os Conventos Franciscanos do Nordeste Brasileiro um dos dezesseis

bens indicados. O conjunto edificado já fazia parte da lista em 1996, mas não chegou a ser reconhecido pela UNESCO nos anos 2000. Como resultado das investigações para o IPHAN sobre os monumentos, Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho publicou um resumo dos resultados que obteve. Seu artigo aponta para o ponto de vista histórico-artístico, constatando a pertinência dos edifícios pelo seu papel sociocultural, urbanístico, estético (arquitetura, pintura, azulejaria, talha). A autora reconhece que a campanha patrimonial, lançada pelo IPHAN, evidencia a urgência da

[...] necessidade de maior cuidado na preservação, restauro e revitalização desse valioso patrimônio e sua interação no contexto cultural da sociedade brasileira contemporânea. Pois preservar pressupõe salvaguardar o passado através de um projeto de construção do presente simultaneamente com a idéia de futuro (CARVALHO, 2008, p. 30).

Apesar da proposta não ter alcançado os objetivos esperados, não anula o reconhecimento do conjunto franciscano. A inclusão na Lista Indicativa reconhece o seu contributo sócio-histórico, científico e patrimonial. Nessa busca mnemônica, as crônicas preenchem lacunas do passado dos Frades Menores e seus edifícios no Brasil e auxiliam a sua reconstituição. Enquanto documentação, em meio a tantas restrições de fontes, esses textos consolidaram as bases para o reconhecimento dos conventos enquanto patrimônios nacionais ou internacionais, e sua consequente preservação. Tendo identificado as crônicas e o patrimônio edificado ao qual nos referimos, é possível apontar as maneiras como são apresentados pelos cronistas.

O Patrimônio Edificado nas Crônicas Franciscanas

As crônicas franciscanas, como mencionado anteriormente, perpetuaram narrativas sob a perspectiva dos Frades Menores. Seus temas alcançaram os mais diversificados ambientes por onde a Ordem pôde adentrar no Brasil no Período Colonial. As descrições de seus edifícios transitavam em cenários de narrativas e estruturas técnicas, acompanhando as intencionalidades de seus autores. Ou seja, enquanto frei Manuel da Ilha (1637) e frei Apolinário da Conceição (1733) buscam evidenciar o pioneirismo de sua Ordem para a consolidação do poder da Igreja no Brasil e na América, respectivamente, frei Jaboaão (1858) se dedica a construção técnica e histórica dos registros que teve acesso – chega a questionar a veracidade de determinadas informações. O ponto comum entre os autores é o interesse memorialístico de preservar os feitos de sua Ordem e os desafios encontrados no Novo Mundo. Os frades franciscanos enfrentaram o desafio de mediar nativos e portugueses, enquanto suas ações missionárias

propagavam a Fé e a consolidação do Império Português. Seus conventos, igrejas, hospícios e Missões, por sua vez, se convertiam em sementeiras²⁰ para os frades e estandartes para a Coroa.

Em 1733, frei Apolinário da Conceição contabilizou, na América, 417 Conventos, 78 Hospícios, 300 paróquias, 02 Colégios e 417 Missões, distribuídas entre 16 Províncias e 02 Custódias (cf. CONCEIÇÃO, 1733, p. 174). Seu intuito era destacar a dimensionalidade que os franciscanos tinham no continente até aquele momento. Frei Jaboatão não adentra pelo contexto americano, dedicando sua atenção à prestigiosa amplitude de sua Ordem no Brasil, o “Novo Orbe Seráfico Brasílico”²¹. Dentre as descrições sobre esse patrimônio edificado, podemos elencar aquelas que, num nível inicial, distinguem-se entre técnicas e narrativas. Sendo a primeira direcionada ao contexto de fundação ou reforma e seus aspectos construtivos, a segunda coloca esses espaços como parte de eventos na vida dos frades. Ou seja, as duas formas se entrecruzam numa elaboração discursiva comum.

O “Novo Orbe Seráfico Brasílico” é a crônica que melhor adentra no âmbito técnico dos conventos. Seu rigor descritivo evidencia os pormenores dos edifícios, esclarecendo as circunstâncias de suas fundações, identificando materiais e autoria das obras, e caracterizando os espaços e aquilo que se encontra em seu interior. Eugénio de Ávila Lins aponta o interesse de frei Jaboatão em relacionar as primeiras povoações litorâneas à “topografia e a localização estratégica da área escolhida” (LINS, 2013, p. 362-363) para implantar os conventos franciscanos. Como assinala Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho, havia preferência em elevações próximas às fontes de água (rios, lagoas ou mares) nos limites de núcleos urbanos (cf. CARVALHO, 2008, p 19). Esses terrenos eram doados por membros da elite local, cuja oferta era feita sob o intermédio dos governantes de cada Capitania, como no Convento de São Francisco de Olinda. A irmã terceira de São Francisco, D. Maria da Rosa, ofereceu a Ermida de Nossa Senhora das Neves e a sua casa de recolhimento ao frei Álvaro da Purificação. O religioso não poderia aceitar a oferta sem autorização de seus superiores então o Governador de Pernambuco, João de Albuquerque Coelho, pediu ao rei Filipe II que atendesse aos anseios populares. A autorização da fixação dos Frades Menores na Vila foi dada pelo Superior Geral da Ordem, frei Francisco Gonzaga, que enviou frei Melchior de Santa Catarina e seus sete irmãos para tal empresa.

²⁰ As ações missionárias foram descritas pelos cronistas como sementes plantadas no Novo Mundo para produzir os frutos da Salvação, que, nesse caso, se refere à conversão dos nativos (cf. JABOATÃO, 1858, Vol. II, p. 10).

²¹ O título “Novo Orbe Seráfico Brasílico”, elaborado por frei Jaboatão, pode ser descrito como as **novas** crônicas que tratam do **universo** dos Frades Menores da Ordem do **Seráfico** Patriarca, São Francisco, no **Brasil** (cf. JABOATÃO, 1858, Vol. I, p. III-V).

Ja fica dito, que vindo ter acaso pelos annos passados de 1577 o Padre Fr. Alvaro da Purificação á Villa de Olinda, pelos grandes dezejos que tinhaõ os seus moradores de ennobrecer a sua nova povoação com huma casa de Religiosos Seraficos, lha offerenciaõ fazer, sendo a principal neste empenho huma devota mulher, chamada Maria da Roza, que o brindava com huma, a que neste tempo dava principio, ou andava traçando para a offerecer, como fazia, aos Frades de S. Francisco [...] (JABOATÃO, 1858, vol. II, p. 135).

O trecho acima evidencia que, apesar do interesse devocional, a presença franciscana na região também era estimulada pela nobilitação da vila. Outro aspecto pertinente é a assistência prestada pelos frades junto aos indígenas, afinal, a catequese era o principal meio de controle dos nativos. Outras povoações seguiram pelo mesmo desejo e, em 1587, o Convento de São Francisco de Salvador foi fundado. Sua instalação é de difícil esclarecimento, dependendo daquilo que as crônicas alegam, pois a ocupação holandesa de 1624 resultou na destruição de sua documentação. O resultado é a existência de duas teorias: a fundação única ou dupla. A primeira possibilidade seria a de que o Convento tem seu princípio no local onde hoje se encontra, enquanto a segunda aponta para a origem do edifício numa região provisória (Monte Calvário) e, posteriormente, trasladado para a Vila (Terreiro de Jesus). Mozart da Costa informa que “os cronistas franciscanos recorreriam aos documentos da antiga Custódia do Brasil e da Província de Portugal” em suas pesquisas (COSTA, 2013, p. 786). Como resultado, enquanto frei Manuel da Ilha confirma a existência dessa primeira igreja no Monte Calvário (cf. ILHA, 1637, p. 31-32), frei Apolinário da Conceição e frei Jaboatão o contrapõem, alegando equívocos (cf. JABOATÃO, 1858, Vol. III, p. 44-46), como a inexistência de ataques indígenas no período ou as notícias equivocadas da existência dessa capela primitiva:

É possível que a dúvida a respeito das duas fundações tenha surgido a partir da obra *De Origini Seraphicæ Religionis*, publicada em Roma, em 1587, na qual o Frei Francisco Gonzaga, menciona a existência de uma bela igreja construída na Bahia, por um Frade Menor espanhol (a identidade desse frade não ficou registrada; no entanto, possibilidades apontam para o nome do espanhol Frei Pedro Palácios, mencionado por José de Anchieta, como o construtor da ermida de N. Sa. da Penha e de uma capela que foi chamada de São Francisco do Monte, o que pode remeter ao Monte Calvário) (COSTA, 2013, p. 786-787).

A indicação dos construtores, arquitetos e demais artífices é outro ponto envolto em esquecimento documental. Mesmo nas crônicas essas informações são escassas:

É ao Frei Jaboatão, cronista da Ordem por volta de 1750, que devemos a maior parte das informações existentes sobre esses templos. Se ele nem menciona os arquitetos seus contemporâneos, ao menos alguma coisa nos diz sobre o mais antigo arquiteto da Ordem, Frei Francisco dos Santos, que forneceu os riscos

de Nossa Senhora das Neves de Olinda, em 1585, e os do convento da Paraíba em 1590 (BAZIN, 1983, p. 137).

Sobre os construtores, os cronistas priorizavam as histórias de frades que assumiam tais funções técnicas, como frei Francisco dos Santos (cf. WILLEKE In: ILHA, 1637, p. 6), frei Pedro de Santa Maria (cf. JABOATÃO, 1858, Vol. II, p. 505-506), os irmãos frei Junípero de São Paulo e frei Domingos dos Anjos (cf. WILLEKE, 1974, p. 55), e frei Lucas da Trindade. O modo como frei Apolinário da Conceição enobrece o ofício de frei Lucas da Trindade reflete essa preferência pelos membros de sua Ordem. O frade é apresentado como virtuoso, um representante da espiritualidade franciscana, cujo cargo de construtor é insígnia de sua humildade:

O Veneravel Padre Fr. Lucas da Trindade [...] Foy Religioso de virtuosos, e exemplares procedimentos. [...] em Prelado, como o foy do Convento de S. Boaventura, quando este se fabricava, elle era o servente do Pedreiro, e juntamente o que com elle trabalhava; outras vezes, como se fora hum dos Frades modernos, se empregava em alimpar a Cerca do Convento, arrancando-lhe o mato posto com suas mãos. Assim exercitado em virtudes, e desprezos de si mesmo, se lhe chegou o ultimo prazo de seu desterro [...] (CONCEIÇÃO, 1733, p. 284-285).

Quanto ao processo construtivo, Eugénio de Ávila Lins evidencia a utilidade das crônicas na identificação dos materiais utilizados e compartilhamento de conhecimentos entre as Ordens religiosas: “relacionar tais empreendimentos com aqueles desenvolvidos por outras Ordens religiosas, que, dada às condições específicas da época, compartilharam diversos conhecimentos associados à prática construtiva” (LINS, 2013, p. 366). Inicialmente, os edifícios eram feitos em taipa e, posteriormente, refeitos em materiais duráveis, como no Convento de Santo Antônio de Cairu (Bahia), reformada a pedido do “Guardião Fr. Miguel da Conceição, fazendo-a de pedra e cal, expressãõ que mostra ser a primneyra de taipa, e que a primneyra pedra a lançou Fr. Daniel de S. Francisco” (JABOATÃO, 1858, vol. IV, p. 565). Eugénio de Ávila Lins ainda extrai o trecho do capítulo sobre o Convento de Santo Antônio de João Pessoa (Paraíba), onde frei Jaboatão indica que as pedras utilizadas em sua construção foram extraídas do rio próximo:

Tem dentro huã fonte nativa, de boa, e salutifera agoa, a qual brota das entranhas duras de huã pederneyra, e esta com o tempo se tem averiguado ter principio nas bayxas, e beiras deste Rio da Paraiba, [...] se tirou, e tira, ainda que ja hoje com algum trabalho de desmontar a terra pelos seos altos, toda a pedra, assim de cantaria, como a mais, que he necessaria a qualquer obra, ou edificio. Consta de varios bancos, como explicaõ os mestre da arte. Do primeyro, que se cobria ao principio, e pelas bayxas de pouca terra, e em

muitas partes descoberto, se tira a pedra tósca, e dura de alvenaria, do segundo, outra menos aspera, mas forte, de que se faz perfeita e forte cal, do terceyro cabeços para fortalecer as paredes, e do quarto a que serve para se lavrarem portaes, e outras semelhantes peças, não taõ dura, e aspera, como as primeyras, mas muito mais alva, solida, e liza da qual se fazem perfeitas lavrages (JABOATÃO, 1858, Vol. IV, p. 357).

O cronista evidencia o domínio técnico dos frades, tanto na utilização dos recursos como para a execução de complexas estruturas conventuais. Com grande desenvoltura, o autor descreve os pormenores, por exemplo, do claustro do Convento de Santo Antônio do Recife (Pernambuco):

Tem huã quadra perfeita com seo Claustro, e varanda delle de abobada, e barretes de tijôlo, fixa sobre arcos, e columnas de pedra lavrada, que sustentão a mesma varanda, e seo peitoril, com cornija de pedra moldada, e outra ordem de pequenas columnas, em que assenta o seo telhado, e sobre o qual cahem as janellas conventuaes do segundo sobrado, e corredor de sima, que olhaõ para o Claustro [...] (JABOATÃO, 1858, vol. IV, p. 439-440).

A linguagem adotada por frei Jaboatão para detalhar cada ponto da construção evidencia o domínio que o próprio autor tinha na leitura do espaço. O frade não apenas é um historiador, como lhe é atribuído pela historiografia (LINS, 2013, p. 362), como também é possível aproximá-lo de um historiador da arte e arquiteto. Entretanto, seus relatos, por vezes, se mesclam ao contexto de vida de seus frades de tal modo que é difícil desvencilha-los.

Na quinta Digressão do seu primeiro livro, frei Jaboatão pontua a trajetória de cada custódio e provincial no Brasil. Em alguns é pontuado o papel educacional, em outros as desenvolturas políticas, mas sobre frei Antônio de Braga o autor apontou questões de cunho material. Eleito em Capítulo celebrado no Convento de Santo Antônio de Lisboa, em 1623, o frade chegou ao Convento de São Francisco de Olinda no ano seguinte. Durante sua estadia, deu início à obra de melhoria da coleta de água do edifício através da construção da sua cisterna. Tal estrutura atendeu aos frades e ao povo de Olinda, cuja realidade era o dificultoso acesso à água. Os frades dependiam da recolha de água adequada para consumo no arrabalde da Vila, obtido através de carros e pipas. A estrutura foi descrita por frei Jaboatão com o mesmo esmero do claustro do Convento de Recife:

He obra muy especial pela sua architectura, e solido fundamento. Tem seus registros, que cahem em poço muy bem feito, e com hum lavatorio, tudo de forte abobada onde lavaõ os Religiosos as suas roupas de tunicas, e habitos. Naõ se fabricou no Claustro do Convento, porque, além de ser pequeno, temerãõ-se, que com a cava, que se fizesse, se poderiaõ arruinar os seus fudamentos, por estar feito, quando se intentou esta obra, mas plantaraõ-na da

parte de fóra, que olha para o mar, entre o canto, que faz o corredor, que fórma a claustra de Nascente a Poente, e outro, que se levantou de novo, e faz ponta, e travessa para o Sul, e barra do Recife (JABOATÃO, 1858, vol. I, p. 232).

Em 1714, a cisterna foi danificada, não sendo confirmado pelo autor se foi acidental ou intencional. O resultado foi o prejuízo dos encanamentos escondidos que colhia a água limpa dos telhados, restando aos frades residentes apenas a água pouco adequada do Claustro. No ano de 1748, após anos dependendo novamente de carros, o provincial frei Gervásio do Rosário atende ao pedido do Guardiã, frei Antônio de Santa Isabel, para restauração dos encanamentos:

[...] se reformou da ruina interior, e desviando-se-lhe o cano, que corria do Claustro formando-lhe outros por aljirozes dos telhados altos com canos de chumbo, correndo abaixo por alcatruzes vidrados, juntos em huma pia grande no canto, que formaõ os dous corredores, vaõ por outro cano desagoar a cisterna, pelo lado fronteiro aos arcos do corredor do Capitulo (JABOATÃO, 1858, vol. I, p. 233).

O trecho acima ainda destaca o uso de canos de chumbo e as técnicas utilizadas para recolha da água, evidenciando as boas soluções encontradas pelos frades para seus problemas na vida diária.

A vida do frade espanhol frei Pedro Palácios é outro exemplo de biografia interligada a história construtiva. O edifício em questão é o Convento de Nossa Senhora da Penha de Vila Velha (ES). Edificado pelo frade, com o auxílio da população local, foi implantado numa elevação próxima ao centro urbano, em 1558. A opção pelo terreno atendia aos seus ideais eremíticos, como aponta Célia Borges: a “passagem de Pedro Palácios pela Arrábida proporciona indícios sobre a sua formação religiosa e, além disso, permite-nos entender a sua opção pela vida solitária em Vila Velha quando resolveu viver na crista de um morro e ali erigir um santuário” (BORGES, 2013, p. 6). O religioso atendeu ao seu “desejo da conversão das almas Brasilicas o trouxe a esta Capitania” (CONCEIÇÃO, 1733, p. 110), atuando entre os índios Aimorés, sendo visto como o “primeiro missionário do Espírito Santo, pois os Jesuítas estabelecidos em Vitória, desde 1551, não haviam ainda iniciado as missões” (WILLEKE, 1977, p. 30). No monte, o frade residiu numa gruta, onde fez uma um nicho lavrado na pedra, onde colocou a imagem de São Francisco e de Nossa Senhora da Penha (cf. JABOATÃO, 1858, vol. II, p. 35). Próximo à cavidade, construiu um eremitério definitivo, dedicado ao Patriarca da Ordem, e iniciou as obras da Ermida de Nossa Senhora da Penha.

Sobre frei Pedro Palácios ainda localizamos outra tipologia de narrativas: aquelas envolvidas em eventos de caráter sobrenatural. Ao frade é atribuída a capela dedicada a São Francisco no Engenho de Tocoari. Segundo frei Jaboatão, os moradores do Engenho viviam

aterrorizados com um “achaque de febres, e sezoens, pela humidade, e intemperança do sitio, de que perigavaõ huns, e outros ficavaõ com os ruins effeitos, que este impertinente mal, a que chamaõ vulgarmente maleitas, costuma deixar, e das quaes morriaõ muitas crianças” (JABOATÃO, 1858, vol. II, p. 43). O religioso orientou que construíssem a capela para que o Seráfico Patriarca intercedesse pelos moradores e fizesse com que o mal fosse repellido do lugar. Desde a sua ereção, a enfermidade não voltou a ocorrer no engenho.

Outro episódio de mesma natureza miraculosa ocorreu no Convento de Sirinhaém, onde frei Jaboatão conecta o milagre da Imagem de Cristo à origem da capela lateral, localizada na parte do Evangelho. O cronista informa que o pó da escultura de madeira teria curado um rapaz cego por feitiço. Pelos inúmeros casos de suas maravilhas, a Imagem, inicialmente localizada num nicho do coro da Igreja, foi transferida para capela na lateral da nave. Inicialmente, a capela seria dedicada a São Benedito, pelos Irmãos de sua Confraria, entretanto, como não foram pagas as esmolas para a sua confecção, a obra não passou do arco de pedra lavrada. Em 1755, a sua estrutura recebeu, em posição de destaque, a “Imagem, muy perfeita, e devota do Senhor Crucificado com o titulo do Santo Christo das Necessidades” (JABOATÃO, 1858, vol. IV, p. 509); enquanto a Imagem de São Benedito foi realocada no patamar do Santo Antônio à pedido dos Irmãos confrades, responsáveis pela obra do arco da capela (JABOATÃO, 1858, vol. IV, p. 512).

Considerações finais

As Crônicas Franciscanas Clássicas são um refúgio memorial da Ordem diante das privações documentais no Brasil. O legado dos Frades Menores acrescentam ao Patrimônio Nacional Colonial os contributos históricos, catequéticos e artístico-arquitetônicos. Este artigo teve como objetivo evidenciar o valor patrimonial das crônicas e dos edifícios franciscanos, assim como apontar as construções narrativas que os conectam. Tal tesouro, atualmente, seus conventos preservam individualidades plásticas e marcam a paisagem urbana, reconhecidas pela quantidade de integrações aos Patrimônios Culturais Brasileiros, pelo IPHAN, ou da Humanidade, pela UNESCO. Nesse processo, as narrativas escritas pelo frei Manuel da Ilha, frei Apolinário da Conceição e frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, são arcabouços essenciais para reconstruir o passado desses monumentos, sendo frei Jaboatão o mais completo e prolixo no tema. As descrições, que transitam entre histórias de vida dos religiosos e análises técnicas dos edifícios, são referências fundamentais à investigação desse passado. Diante de tamanho valor, é inegável o reconhecimento dessa fonte para a historiografia e para a arte brasileira.

Assim como os conventos franciscanos, enquanto Patrimônios edificados, preservam resquícios do legado dos Frades Menores, as crônicas corroboram com o quarto Inciso do Artigo 216 da Constituição Nacional se convertendo em Patrimônios escritos que preservam o olhar e a memória de seus cronistas acerca de sua própria Ordem, que enaltecem e glorificam seu legado.

Referências

AGUIAR, Barbara Cortizo. **Autenticidade de Verdade**. O processo de conservação do Convento de Nossa Senhora das Neves. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

AMORIM, Maria Adelina. A formação dos franciscanos no Brasil-Colônia à luz dos textos legais. **Lusitania Sacra**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (UPC), 2 série, 11, p. 361-377, 1999.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. O imaginário da Cidade de São Cristóvão: patrimônio, turismo cultural e elementos em pedra calcária, no centro antigo. **Revista Turismo & Cidades**. São Luís: Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio – UFMA, v. 1, n. 1, p. 39-56, 2019.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BORGES, Célia Maia. Os eremitas no Brasil-Colônia: Frei Pedro Palácios e a projeção de um modelo de santidade. In: Simpósio Nacional de História Conhecimento histórico e diálogo social (ANPUH), 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos dos trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos**. Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1375817582_ARQUIVO_ANPUH2013tex todeCelia.pdf. Acessado em 19/07/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acessado em 23/07/2020.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Os conventos e igrejas franciscanas do Nordeste Brasileiro no período colonial. Urbanismo Arquitetura-Artes Plásticas. In: FERREIRA-ALVES, N. M. **Os franciscanos no mundo português: artistas e obras I**. Porto: CEPESE, 2008, p. 17-35.

CONCEIÇÃO, Apolinário da. **Primazia seráfica na regiam da América, novo descobrimento de santos, e veneráveis religiosos da ordem Seráfica, que ennobrecem o Novo Mundo com suas virtudes, e aççoens**. Lisboa: Oficina de Antonio de Souza da Silva, 1733.

CONCEIÇÃO, Apolinário da. Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 296, p. 68-165, 1973.

CONDEPHAAT. Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/igreja-das-chagas-do-serafico-pai-sao-francisco/>. Acessado em 21/07/2020.

COSTA, Mozart Alberto Bonazzi da. A Igreja Conventual Franciscana de Salvador: História, talha e arquitetura. In: FERREIRA-ALVES, N. M. **Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano**. Porto: CEPESE, 2013, p. 783-818.

IGLESIAS, Tania Conceição. **A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial**. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ILHA, Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1584-1612)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

IPHAN. Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento (1938-2019). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20bens%20tombados%20e%20processos%20de%20tombamento%2025-11-2019.xlsx>. Acessado em 21/07/2020.

IPHAN. Livros do Tombo. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acessado em 21/07/2020.

IPHAN. Iphan e Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO vão promover reuniões no Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2121/iphan-e-centro-do-patrimonio-mundial-da-unesco-vaio-promover-reunioes-no-brasil>. Acessado em 21/07/2020.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. **Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos Frades menores da Província do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1858. Vols. I a IV.

LINS, Eugênio de Ávila. “Novo Orbe Serafico Basilico”: o legado de Frei Jaboação para a História da Arte Luso-Brasileira dos séculos XVI e XVII. In: FERREIRA-ALVES, N. M. **Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano**. Porto: CEPESE, 2013, p. 355-373.

MATTOSO, José. **Patrimônio de origem portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo**. América do Sul. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PACHECO, Moreno Laborda. Cronista de uma custódia distante: fr. Manuel da Ilha e sua narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1621). **Revista de História**. São Paulo: Departamento de História – USP, n. 177, p. 1-32, 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 06 dez. 1937. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acessado em 23/07/2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937-1946. In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SOUSA, Everton Sales. Igreja e Estado no período pombalino. **Lusitana Sacra**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (UPC), n. 23, p. 207-230, 2011.

UNESCO. Historic Centre of the Town of Olinda. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/189/>. Acessado em 22/07/2020.

UNESCO. Historic Centre of Salvador de Bahia. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/309>. Acessado em 22/07/2020.

UNESCO. São Francisco Square in the Town of São Cristóvão. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1272>. Acessado em 22/07/2020.

UNESCO. The Criteria for Selection. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acessado em 22/07/2020.

WILLEKE, Venâncio. **Missões Franciscanas no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Franciscanos na história do Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.